



GABINETE DO PREFEITO  
PLANO DE TRABALHO

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome <b>Prefeitura Municipal de Irupi</b>		CNPJ <b>36.403.264/0001-92</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Jalmas Gomes de Freitas nº 151</b>		
Bairro <b>Centro</b>	Cidade <b>Irupi</b>	CEP <b>29.398-000</b>
E-mail da Instituição <a href="mailto:gabinete@irupi.es.gov.br">gabinete@irupi.es.gov.br</a>		Sítio eletrônico <a href="https://www.irupi.es.gov.br">https://www.irupi.es.gov.br</a>
Telefone 1 <b>(28) 3548-1101</b>	Telefone 2 <b>(28) 3548-1219</b>	Telefone 3

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome <b>Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Cidadania</b>		CNPJ <b>36.403.264/0001-92</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Jalmas Gomes de Freitas, nº 210</b>		
Bairro <b>Centro</b>	Cidade <b>Irupi</b>	CEP <b>29.398-000</b>
E-mail da Instituição <a href="mailto:irupisocial@yahoo.com.br">irupisocial@yahoo.com.br</a>		Sítio eletrônico de divulgação da parceria <a href="https://www.irupi.es.gov.br">https://www.irupi.es.gov.br</a>
<b>Local físico de divulgação da parceria</b> Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Associação de Desenvolvimento Social de Irupi – ADESI		
Telefone 1 <b>(28) 3548-1397</b>	Telefone 2 <b>(28) 9 9959-5472</b>	Telefone 3 <b>(28) 3548-1139</b>

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome <b>EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA</b>		CPF: <b>813.296.287-72</b>
Nº RG <b>747346</b>	Órgão Expedidor <b>SSP/ES</b>	Cargo <b>Prefeito</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Jalmas Gomes de Freitas, nº 151</b>		
Bairro <b>Centro</b>	Cidade <b>Irupi</b>	CEP <b>29.398-000</b>
Telefone 1 <b>(28) 3548-1101</b>	Telefone 2 <b>(28) 3548-1219</b>	Telefone 3 <b>()</b>

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome		
Área de Formação	Nº do Registro no Conselho Profissional	
Bairro	Cidade	CEP
E-mail do Técnico		
Telefone do Técnico 1 <b>()</b>	Telefone do Técnico 2 <b>()</b>	



**5. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

<b>TÍTULO DO PROJETO:</b> Execução do <b>PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b> , no município de Irupi.	Período de Execução	
	Início Agosto/2022	Término Agosto/2024

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:**

Cooperação técnica e financeira para implementação do Projeto de Educação Ambiental, no município de Irupi.

**JUSTIFICATIVA:**

A Resolução CONAMA Nº 306, DE 5 DE JULHO DE 2002 nos traz que meio ambiente é: "Meio ambiente: conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas." Ultimamente têm-se as pressões pelo uso dos recursos naturais, levando à escassez destes. Em meio a uma sociedade que pauta seus hábitos no consumo, a necessidade de recuperação e conservação da biodiversidade, se alia a questões relacionadas à pobreza, à fome, à violência e à miséria. Nesse contexto, a educação ambiental apresenta-se como uma ferramenta importante, a longo prazo, para a manutenção de um meio ambiente equilibrado. Dessa forma, a educação ambiental está cada vez mais presente nos modos de vida sociais por ser uma forma de manter um equilíbrio entre sociedade e natureza, buscando, através da sustentabilidade, promover uma educação emancipatória, crítica e pautada na cidadania.

O termo Educação Ambiental (EA), segundo Dias et al (2000), apareceu pela primeira vez em um evento que ocorreu na Universidade de Keele, Reino Unido em 1965. Porém a preocupação com a degradação ambiental, ainda que em escala local, aparece por diversas vezes ao longo da história desde o início da humanidade.

Em 1987, promovido pela UNESCO, aconteceu em Moscou o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente. Segundo Pedrini (1998), no documento final intitulado "Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação ambiental para o Decênio de 1990" ressaltou-se a necessidade de formação de profissionais, tanto nas áreas não formais quanto formais da EA, além de ressaltar a necessidade de incluir a dimensão ambiental em todos os níveis de ensino. Discutindo-se sobre o processo de globalização e a relação entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos no que tange à questão da preservação ambiental, começou-se a preparação para a Rio-92 que aconteceu no Rio de Janeiro e teve como preocupação central o desenvolvimento sustentável e os problemas ambientais globais.

Durante a Rio-92, foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental, com participação do MEC, que, entre outras coisas, reconhecia a educação ambiental como importante meio para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida humana no planeta. *Fonte: TCC/Universidade Federal de Juiz de Fora – MG.*

Em 1981, foi promulgada no Brasil a Lei Nº 6938 de 31 de agosto 1981 que apresenta e implementa a Política Nacional do Meio Ambiente. Na qual consta em seu Art. 2º: ... 9

"Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao



**GABINETE DO PREFEITO**

desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

... X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente." ...

A Constituição da República de 1988 prevê a Educação Ambiental como uma política pública a ser usada na garantia do direito de um ambiente ecologicamente equilibrado.

...

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

...VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" ...

A Política Nacional de Educação Ambiental – 9795/99 traz em seu Art 1º: 12:

"Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade."

Nos últimos três anos o Brasil vem ocupando o lugar de maior consumidor de agrotóxicos no mundo, alguns deles já proibidos em outros países. Em 2010, o Brasil representou 19% do mercado mundial de agrotóxicos, à frente dos EUA, que representou 17%.

Os impactos na saúde pública do uso intensivo de agrotóxicos são amplos porque atingem vastos territórios e envolvem diferentes grupos populacionais, como trabalhadores em diversos ramos de atividades, moradores nos arredores de fábricas e fazendas, além de todos nós, consumidores, que consumimos alimentos contaminados. Em todos os espaços ou setores da cadeia produtiva do agronegócio, estão comprovadas intoxicações humanas, cânceres, má-formações, doenças de pele, doenças respiratórias, tudo decorrente da contaminação com agrotóxicos e fertilizantes químicos das águas, do ar, do solo. (Fonte: Dossiê ABRASCO)

Cada vez mais importante, a discussão ambiental a partir da crise ecológica global, que coloca em xeque as condições materiais da vida humana e não humana no planeta. A melhoria da qualidade de vida /saúde da população passa, em boa parte, pela redução das desigualdades sociais, pela ampliação do acesso aos serviços de saúde e pela promoção da saúde por meio de políticas públicas que reduzam as desigualdades e estimulem condições saudáveis de vida, trabalho, alimentação, realização e acolhimento no âmbito pessoal, familiar, comunitário e social.

Para a realização de ações e atividades de educação ambiental são necessárias, para além das políticas públicas, de profissionais de envolvidos com a temática, tais como o profissional de Ciências Biológicas entre outros. Esse profissional tem como função entre outras:

- O estudo da vida desde o nível molecular até as relações que os organismos vivos mantêm com o meio ambiente;
- Aplicar o conhecimento em seu trabalho em setores como saúde, educação, indústria e meio ambiente;



**GABINETE DO PREFEITO**

- Observar origens, desenvolvimentos e relacionamentos dos seres vivos com o meio ambiente em que vivem;
- Pesquisa tanto na área de preservação ou educação ambiental, estudando a vida em suas várias formas e manifestações. Técnicas de sustentabilidade e perícias ambientais;
- O profissional da área tem o conhecimento necessário para trabalhar e contribuir com políticas públicas no setor de meio ambiente, assistência social, educação e saúde;
- Realizar atividades relacionadas à gestão ambiental no âmbito urbano e rural, possibilitando a participação nos processos de licenciamento e gestão ambiental junto aos órgãos competentes.

Dessa forma, esse profissional, juntamente com demais profissionais do Projeto, serão de suma importância para o sucesso e garantia de execução conforme objetivos do Projeto de Educação Ambiental.

Portanto, mediante todos esses fatores, o município justifica a implantação desse Projeto, pois, entende que se faz necessário a realização de um trabalho de educação ambiental voltado ao desenvolvimento da cidadania a fim de despertar nos seus usuários sentimento de pertencimento à comunidade e ao ambiente natural, cientes dos seus deveres, enquanto cidadãos e ferramentas para serem utilizadas na busca por direitos.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Cidadania, em parceria com a Associação de Desenvolvimento Social de Irupi – ADESI, realizará os procedimentos para a contratação da equipe, tendo em vista que essa equipe irá executar o Projeto de Educação Ambiental junto aos usuários da Política Municipal de Assistência Social.

**6.3 – Objetivo Geral da Proposta;**

Celebrar parceria para manutenção da Instituição e pagamento de equipe técnica para executar as ações e atividades necessárias, visando à implantação e manutenção do **Projeto de Educação Ambiental**.

**6.4 – Objetivos Específicos da Proposta:**

- Realizar projetos transversais utilizando o estudo das ciências naturais com foco na natureza;
- Gerar materiais em formato de livros e/ou apostilas, em conjunto com os usuários, demonstrando a percepção ambiental da região pelos moradores;
- Gerar material de audiovisual com as crianças e adolescentes participantes do Projeto, a fim de registrar histórias e percepções ambientais das gerações ainda presentes na região;
- Padronizar um projeto de geração de conteúdo frequente, a fim de divulgar em mídias sociais, a importância socioambiental dos recursos naturais do município;
- Realizar palestras nas escolas rurais do município, a fim de divulgar e socializar o conhecimento gerado pelos participantes do Projeto;
- Orientar sobre a Educação Ambiental como responsabilidade de toda família;

**GABINETE DO PREFEITO**

- Educação ambiental e consumo responsável;
- Orientar sobre o Direito ao meio ambiente saudável.

**6.5 – Abrangência da Proposta**

Famílias e usuários da Sede do município, da Zona Rural e dos distritos de Santa Cruz e São José, encaminhadas pelo CRAS, CREAS e SCFV.

**6.6 – Público Beneficiário**

- Crianças e adolescentes participantes do SCFV;
- Famílias e usuários participantes do Grupo de Famílias do CRAS;
- Famílias que vivem em áreas agroextrativistas;
- Famílias e indivíduos que vivem em áreas de uso alto de agrotóxicos;
- Gestantes e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Crianças e adolescentes, pessoa com deficiência e idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e suas famílias;

**7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO			
Meta 1: Realização de Termo de Parceria com Entidade para execução dos Projetos.		Valor (R\$): 117.917,28	
Indicador(es): Termo de Parceria homologado; prazos determinados cumpridos;			
Metodologia de execução: Será elaboração de Plano de Trabalho, o qual será encaminhado para entidade e posterior avaliação pela Comissão de Avaliação dos Termos de Parceria. Após parecer da Comissão, será elaborado Termo de Parceria e posterior contratação da equipe para execução dos projetos.			
Etapas/atividades		Período de Execução	
		Valor (R\$)	
1.1. Elaboração de Plano de Trabalho		0,00	
1.2. Contratação de equipe para execução do Projeto		0,00	
1.3. Execução dos Projetos parceria com a entidade		117.917,28	

**8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Será realizado através de:

- Relatórios mensais;
- Monitoramento pelo Gestor da Parceria e Comissão de Monitoramento;
- Prestação de contas anual.



**GABINETE DO PREFEITO**
**9. PLANO DE APLICAÇÃO**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.39	Material de consumo			
	Serviços de terceiros – pessoa física			
	Equipe encarregada pela execução	0,00	117.917,28	117.917,28
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes			
<b>TOTAL</b>				

**9.1 Detalhamento das despesas**
**9.1.1. Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica (3.3.50.39)**

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Equipe encarregada pela execução	un	1	117.917,28	117.917,28
<b>Subtotal</b>				

**9.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física (3.3.50.43)**

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
<b>Subtotal</b>				

**9.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)**

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
<b>Subtotal</b>				

**9.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)**

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Profissional de Ciências Biológicas	Pessoa	01	4.913,22	117.917,28
<b>Subtotal</b>				

<b>TOTAL GERAL (7.1.1 + 7.1.2 + 7.1.3 + 7.1.4)</b>	<b>117.917,28</b>
--	-------------------

**10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)**

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022	JAN/2023
4.913,22	4.913,22	4.913,22	4.913,22	4.913,22	4.913,22
FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023
4.913,22	4.913,22	4.913,22	4.913,22	4.913,22	4.913,22

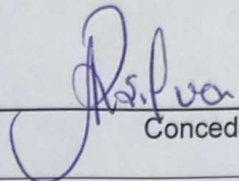
**11. DECLARAÇÃO**

Declaro, para fins para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou Entidades da Administração Pública, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignados no Orçamento, na forma deste Plano de Trabalho.

**12. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**

Aprovado

Irupi-ES, 25 de julho de 2022.

  
Concedente